

A PALAVRA IMPERFEITA (Sobre Entrevistas e Discursos de Lula)

HAQUIRA OSAKABE*
(UNICAMP)

Nota Prévia:

* Escrito em 1980, por ocasião da 1ª Edição do livro que se intitula **Entrevistas e Discursos de Lula**, este artigo testemunha uma reflexão primeira sobre as repercussões da oratória daquele político. De lá para cá, sua linguagem alterou-se, sobretudo no que diz respeito ao padrão linguístico e a o aperfeiçoamento de um certo instrumental mais teórico. Não só isso; alterou-se também seu papel político. O interesse em publicar este texto agora é simples: o de fornecer subsídios para se entender no caso particular da fala daquele líder como convergem e se articulam as tendências das retóricas políticas no país.

O caráter **público** do que normalmente se chama eloquência ou oratória confere a esse gênero de discurso um lugar extremamente privilegiado para a percepção dos mecanismos que subjazem à sua formação. Rezavam os velhos manuais de educação retórica que um bom desempenho persuasivo dever-se-ia antes de mais nada à sua adequação ao público de forma que a argumentação viesse a provocar o impacto necessário à adesão.

Isto significava, em outros termos, que o orador deveria ter uma espécie de senso de conveniência no modo de formular sua posição no interior das expectativas de seu público. Essas formulações de retórica, que fizeram parte de toda a vida política de gregos, romanos e áreas próximas, no tempo e no espaço, engendraram, por razões diferentes, certos conteúdos que persistiram ao longo da história. Esses conteúdos podem ser formulados do seguinte modo:

- 1) o fato político concerne à esfera do Estado, que o gerencia;
- 2) o fato político é, portanto, um fato que se instala dentro de um jogo institucional;
- 3) o orador político, portanto, é um agenciador de forças que jogam institucionalmente;

- 4) orador político cumpre tarefas precisas nesse sentido: é o porta-voz de uma ou várias dessas forças; sob esse aspecto, seu interlocutor se confina à esfera do público instituído e socialmente incumbido de referendar o que ele representa; ou então, é o articulador de uma ou várias forças, incumbido da tarefa de converter o contrário no favorável ou, em extremo, o não instituído no instituído;
- 5) essas tarefas conferem ao orador assim proposto um lugar, via de regra, "oficial" nas tarefas políticas, ao mesmo tempo em que conservam como um dos pressupostos mais sagrados a possibilidade de formular e cristalizar no jogo instituído pelo Estado-gerenciador aquilo sobre o qual este não consegue legislar. De onde o pressuposto de que o orador hierarquicamente fala de cima para baixo.

Essas formulações se confirmam numa simples observação das linguagens de que se vale a oratória em toda a sua história. Por exemplo, ela sempre se formulou dentro de variações linguísticas típicas de forças ou estratos socialmente dominantes; além disso, ela sempre se sujeitou aos limites da conveniência (moral, política) ditada em última instância por aquelas mesmas forças; o poder de envolvimento da oratória estaria sempre parametrado pelos padrões e pelos sistemas de valores morais e sociais mais prestigiados. Desses comportamentos constantes seria possível entender que, para variar, a história da retórica é, em última instância, a história da sacralização do Estado, ou das forças sacralizadoras do mesmo; esse parece ser o tributo que paga a oratória ao próprio Estado para se confirmar como tarefa pública **legítima ou legítimável**.

Essa história é que se herdou neste País, onde a eloquência se formulou na vida política enquanto uma sequência de pedidos de legitimações. Explico, a oratória oficial brasileira se afirma como um tedioso painel que fixou a palavra política e a palavra pública numa séria infundável de clichês cuja fecundidade está em confortar uma eterna permanência. Nação, Pátria, etc., têm sido sempre forças de apelo para a imutabilidade. Assim, do ponto de vista desta história, muito pouco se poderia observar de diferente entre uma retórica de Julio de Castilhos, Getúlio Vargas, Jânio Quadros ou Ademar de Barros para citar alguns dos nomes mais conhecidos. Guardadas as dimensões e suas diferenças, bastante relativas, todos eles se inscrevem numa história em que a retórica conforma as tendências acima assinaladas. O discurso populista marcadamente foi um discurso que tentou chamar para si um público virtualmente instituído cuja função seria a de referendar uma alternativa política, que a seu modo desarmaria a possível canalização desse mesmo público para uma outra vertente política, impossível de se constituir dentro do próprio regime: a vertente à esquerda de quem o populismo chega às vezes aproximar-se com intuito neutralizador. Assim não se pode negar ao populismo o papel de desarticulador de alternativas políticas, situadas fora das próprias instituições políticas do País. É por isso que, do ponto de vista da retórica, por exemplo, nenhum dos líderes das chamadas alternativas populistas fala um discurso das próprias camadas populares e nenhum um deles guarda qualquer marca nem mesmo dialetal, dessas camadas. Não cabe aqui uma análise dessa questão que me parece óbvia. No entanto, é importante observar que essa tendência não me parece ser alheia ou estranha nem mesmo em relação aos discursos e à retórica da esquerda no país. A história mais recente de modos discursivos das esquerdas poderá mostrar de forma bastante cristalino que mesmo líderes saídos de camadas populares se reeducam

retóricamente em padrões linguísticos socialmente prestigiados, quando não instalam seu discurso num quadro de referências inteiramente instituídos. Por outro lado, mesmo aqueles que não se sujeitam a esse último quadro mantêm-se fiéis às normas de conveniência da linguagem, a padrões linguísticos nitidamente “cultos” e tipicamente característicos de grupos sociais altamente escolarizados em relação à média do país. Falariam, nesses termos, quase que uma outra língua, se se pensar na distância que existe entre as formas chamadas cultas de linguagem e as demais formas múltiplas em que se realiza a linguagem do país. Além disso, e isso é o que me parece mais grave, mesmo que alheios ao quadro de referências definido e formulado pelo regime vigente, os discursos formulados pela esquerda se confinam no âmbito de outras instituições (a do **saber partidário** e a do **saber acadêmico**). O **vezo excessivamente partidário** tem reduzido a função discursiva de uma oratória que se pretende revolucionária (portanto, livre do quadro de referências da retórica oficial) a um discurso que se revela **menos como processo** e mais como uma **tessitura plenamente formulada** (ou fechada) a ponto de excluir o próprio interlocutor. Os chamados discursos de palavra de ordem constituem a sacralização última de frases feitas e tão fechadas que acabam por constituir-se numa simples marca de identidade e de diferenciação. Não há aí processo nem de descoberta e nem de conhecimento nesses discursos. Por outro lado, se é que existe um interlocutor para essas realizações, esse interlocutor responde por **um saber que carrega quase sempre a marca de uma formulação acadêmica**, o peso dessa mesma formulação e quando não, a sua esterilidade e/ou prepotência. À sua moda, essa comunidade (paradoxalmente) tem gerenciado o modo de emergência e de formulação dessa retórica dita para-oficial pela afirmação de seu discurso como um padrão absoluto.

É dentro desse contexto que se pode assinalar a importância e a originalidade da palavra de Lula registrada e publicada no volume intitulado **Entrevistas e Discursos de Lula**. Uma vez admitidas as considerações anteriormente formuladas, pode-se afirmar que os discursos de Lula se destacam do painel geral dos discursos políticos registrados e publicados até aqui porque são discursos que revertem esse mesmo painel como uma crítica formulada “de dentro”. Vejamos. Em contraposição à tradição retórica mais ampla, Lula não pertence a uma força política instituída, (oficial), isto é, institucionalmente admitida; ao contrário fala a partir de um lugar marginal ao atual jogo político; por outro lado, embora porta-voz autorizado, Lula não é representante “por empréstimo” desse público; isto é, não é o representante de uma força instituída a pretender legitimar a outra força. Nessa qualificação, **Lula partilha da experiência mais imediata de sua classe, e mais concretamente, partilha de seu discurso**. Essas considerações apontam para uma explicação da especificidade de sua palavra; considere-se, por exemplo, que do ponto de vista das variantes sociais de linguagem, muitas passagens de seus discursos se fazem numa alternativa linguística que se poderia chamar de padrão popular o que, do ponto de vista da retórica ilustrada, representaria a alternativa desviante, contrária aos padrões dominantes e mais prestigiados de linguagem. Mas embora significativo, isso não é o mais importante. Mais sintomático me parece ser o fato de que dentro desse padrão, ou com esse padrão, a linguagem de Lula formula um discurso que, não sendo uma retórica de **permanência** ou do **saber formulado** ou da **palavra de ordem**, é, sobretudo, a explicitação da **experiência sensível**. O que significa dizer: é um discurso que se formula não só a partir da experiência mais direta da classe trabalhadora, mas que se diz **de dentro** dessa experiência. Isso justifica que, como qualquer discurso desse gênero, seja sempre um discurso “imperfeito”. Em outros termos um discurso que se dá liberdade de se refazer quando necessário, de se reformular, de se reorientar segundo a alteração da própria experiência, e da interlocução mais

imediate. Tenho ouvido falar muito da "concretude" de seus discursos. Essa palavra é bastante perigosa porque parece dar a entender que o abstrato é o erro em si. Nem uma coisa e nem outra. O prisma mais seguro para entender a questão e assumi-la como coisa a ser aprendida nesse caso é a dissolução que Lula procede entre certas fronteiras tradicionalmente estanques: por exemplo, entre a esfera pública e a esfera privada - os interlocutores privilegiados de Lula (a classe trabalhadora) não são, em praça pública, diferentes do que o são no recesso do lar ou na intimidade forçadamente fria das fábricas; nem ele no palanque é diferente do que é na sua esfera mais íntima. E, por conhecer e viver, essa intimidade é que o discursos de Lula apresentam essa rara consistência, onde o "particular" e "íntimo" ganha um vigor de argumento político irrefutável. Está claro que os grupos patronais não podem contra-argumentar nesse caso e está claro por que se processa uma inegável sintonia do público trabalhador com seus discursos. Não só por que este se reconheça figurado dentro de seus discursos, mas porque se sente seu interlocutor, e, ao mesmo tempo e de certo modo, sujeito cúmplice desse mesmo discurso. E é isso que pode explicar idas e vindas, oscilações nas formulações mais generalizantes que significam sobretudo que, para Lula, sua palavra não é acabada. Isto de modo algum lhe tira a sua propriedade de ação. É a isso que chamamos de "imperfeição" - justamente porque o discurso desse líder está sempre em processo de constituição. Dessa maneira, uma outra fronteira, frequentemente se rompe: entre o conveniente e o inconveniente. Embora instalado na instância pública, lugar por excelência do conveniente, inúmeras vezes se observam certos comportamentos transgressivos. A questão do "palavrão" (discurso infelizmente não transcrito no volume) ou a invocação da mãe de alguns adversários que o teriam "caluniado" constituem entre outros tantos fatos a revelação de que, em se tratando de um processo, é impossível o controle e a adequação contínuos da palavra pública aos parâmetros da conveniência; esta, frequentemente transgredida na esfera mais íntima. Isso, no entanto, não significa que esses discursos se façam sem parâmetros. Ao contrário. Por exemplo, uma das constantes dos discursos de Lula vem a ser justamente sua formulação dentro de uma espécie de código de honra continuamente explicitado e que pode ser resumido em termos de fidelidade à vontade da "categoria do trabalhador"; esse código que na verdade é regido tão somente por um princípio de credibilidade para ser o único compromisso "institucional" assumido por Lula. Cumpre observar que esse compromisso se, de um lado, é garantia e condição da própria consistência política e representativa de Lula, é o maior empecilho para o incessante processo de assimilação de sua figura por parte das forças instituídas (tanto as militâncias de esquerda, quanto as de centro, quanto sobretudo aquelas confinadas pelo discurso acadêmico.) Isso por que essa assimilação implicaria necessariamente na renúncia, mesmo que disfarçada, da condição privilegiada que tem ele de ser uma voz não instituída que se faz ouvir por ouvidos instituídos, caso raro na nossa história política. Esse fato - que, aliás tem recebido inclusive interpretações bastantes precipitadas, deve ser analisado sob um prisma pouco ortodoxo e, por isso mais fecundo, que exclui o binarismo como única alternativa de reflexão. O próprio desenrolar da atuação política dos sindicatos do ABC indica a leviandade desse tipo de raciocínio.

Por que não se pensar por exemplo, que o reconhecimento de uma voz pode ser feito, apesar dos limites institucionais, sobretudo se considerada a falência ou a fragilidade de toda a tradição de discursos e alternativas políticas que se têm oferecido, à direita e à esquerda, aos setores politicamente mais ativos do país?

Finalizando, basta retomar o fio da meada a fim de que se admitam duas

coisas básicas:

1) que os textos de Lula são a expressão do processo de constituição de um modo de ação e de conhecimento e que, **enquanto processo**, é algo indomesticado. E por isso mesmo, se coloca como algo temível por parte das classes patronais e como algo nebuloso por parte de seus possíveis, mas excessivamente domesticados aliados. Por outro lado, é possível, que enquanto processo, chegue ele ao limite de sua viabilidade, que se fará ou na proposta de uma **outra ordem política** ou na sua **domesticação** pelas forças instituídas.

Acredito que esse desenvolvimento depende do próprio processo de interação entre seu discurso e o de outras instâncias. Mas se é possível observar já hoje uma espécie de transformação em seus discursos (por exemplo, a extensão da questão e da condição do trabalhador do ABC à situação geral do trabalhador assalariado; ou, mais recentemente, a formulação da própria noção de "trabalhador assalariado", ampliando-a), não é possível nas condições atuais prever-se para onde caminha seu discurso. O que é possível fazer é considerar e entender que, até o presente, pelo menos, os discursos desse político cumprem rigorosamente um papel altamente diferenciado em relação aos demais discursos políticos produzidos neste país. E a rigor, não se confunde com nenhum deles. Sua existência e seu vigor devem ser uma convocação para que se reformulem os parâmetros da retórica (e da política para - oficial, já que nada se pode esperar da oficial).